

Compilação:
LEGISLAÇÃO
sobre
TRANSPORTES ESCOLARES



Divisão de Educação

Compilação: LEGISLAÇÃO sobre TRANSPORTES ESCOLARES

CMS | DCED | Divisão de Educação | Sector de Apoio Sócio-Económico

Praça do Brasil, 17
2900-285 Setúbal

Tel: 265 547 925
Fax: 265 229 607

www.mun-setubal.pt

Decreto-lei nº 77/1984, de 8 de Março

Estabelece o regime da delimitação e da coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos, definindo, no âmbito do nº 4 da alínea e) do Artigo 8º, que os transportes escolares constituem competência municipal em matéria de investimentos públicos;

Decreto-lei nº 299/1984, de 5 de Setembro

Regulamenta a transferência de novas competências em matéria de organização, financiamento e controle do funcionamento dos transportes escolares, definindo que é da competência das Autarquias garantir o serviço de transporte aos alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular e/ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 Kms dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório; este diploma refere ainda que o transporte escolar é gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória;

Portaria nº 766/1984, de 27 de Setembro

Visa estabelecer as regras a que deverão obedecer os concursos para adjudicação de circuitos especiais de transporte escolar, de acordo com Decreto-lei nº 299/84, de 5 de Setembro;

Portaria nº 161/1985, de 23 de Março

Estabelece o regime de desconto a conceder nos bilhetes de assinatura para estudantes abrangidos pelo Decreto-lei nº 299/84, de 5 de Setembro;

Portaria nº 181/1986, de 6 de Maio

Estabelece os termos em que é participado o transporte dos estudantes do ensino secundário, definindo que os alunos abrangidos pelo transporte escolar, participem em metade do custo do bilhete;

Lei nº 159/1999, de 14 de Setembro

Estabelece o quadro de atribuições e competências das autarquias locais, relativamente à Educação, definindo no âmbito da alínea d) do nº 1 do Artigo 13º e da alínea a) do nº 3 do Artigo 19º que compete aos órgãos municipais assegurar os transportes escolares;

Lei nº 169/1999, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela **Lei nº 5-A/2002**, de 11 de Janeiro

Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, prevê no âmbito da alínea m) do nº 1 do Artigo 64º que compete às Câmaras Municipais organizar e gerir os transportes escolares;

Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 13/2003, de 11 de Outubro

Regulamenta as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, definindo que as competências exercidas pelo Conselho Consultivo dos Transportes Escolares, nos termos do Decreto-lei nº 299/84, de 5 de Setembro, passam a ser exercidas pelos Conselhos Municipais de Educação;

Lei nº 13/2006, de 17 de Abril

Define o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos;

Lei nº 17-A/2006, de 26 de Maio

Primeira alteração à Lei nº 13/2006, de 17 de Abril;

Decreto-lei nº 255/2007, de 13 de Julho

Respeitante ao regime jurídico do transporte colectivo de crianças e transporte escolar ... aplicação à realidade dos transportes escolares pelos municípios;

Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de Março

Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar, definindo nos Artigo 12º que os transportes escolares constituem uma modalidade de apoio no âmbito da acção social escolar e estabelecendo no Artigo 25º critérios e regras para a sua atribuição;

Decreto-Lei n.º 186/2008 de 19 de Setembro

Criação do novo «passe escolar 4_18@escola.tp»;

Portaria n.º 138/2009 de 3 de Fevereiro

Define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp»;

Despacho n.º 10221/2009 de 17 de Abril

Título de transporte designado por "passe 4_18@escola.tp";

Despacho n.º 11749/2009 de 15 de Maio

Passe escolar – municípios;

Despacho n.º 13483/2009 de 9 de Junho

Contrato-programa a celebrar entre o Estado e os municípios aderentes para implementação do título de transporte designado passe 4_18@escola.tp;

Portaria n.º 982-A/2009 de 2 de Setembro

Primeira alteração à Portaria n.º 138/2009, de 3 de Fevereiro, que define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp».